

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 26 DE JUNHO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVÉRIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO SCORSIN	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOÃO FADEL	ARENA
JOÃO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURÍCIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRÜGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIÃO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielise Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Thomazoni
2.º Secretário — Quielise Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

- Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

- Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

- Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

- Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

- Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotó Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 89.ª Sessão Ordinária
Realizada em 26 de Junho de 1972 - (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos srs. Deputados Rosário Pitelli e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: Wilson Fortes — Antonio Costa — Nelson Buffara — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Antonio Belinati — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Borsari Neto — Candido Martins de Oliveira — Emilio Carazzai — David Federmann — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Hélio Manfrinato — Igo Lasso — João Fadel — Jorge Sato — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruct — Nivaldo Kruger — Odilon Reinhardt — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Pinto Dias e Santos Lima. (31); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ivo Tomazoni — Domicio Scaramella — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Arizone Araujo — Basilio Zanusso — Fuad Nacli — João Mansur — Marciano Baraniuk — Muggiati Filho — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (16).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura da seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM N. 27-72

Curitiba, 14 de julho de 1972

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convenio celebrado em 3 de dezembro de 1971, entre o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado — IPASE e o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos Civis e Militares do Estado do Paraná — I.P.E., para prestação de assistência médica ambulatorial aos servidores federais lotados na cidade de Londrina, neste Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação desta Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA

Governador do Estado.

Convenio celebrado entre o IPASE e o I.P.E., para prestação de assistência médica ambulatorial aos servidores federais do IPASE, e seus respectivos beneficiários, lotados na cidade de Londrina — Estado do Paraná.

O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, doravante denominado IPASE, com sede à Rua Pedro Lessa, n. 36, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Guanabara, aqui representado pelo seu Diretor do Departamento de Assistência, nos termos do art. 44, da Instrução n. 62-68, de 27 de novembro de 1968, e o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná — I.P.E., com sede na Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, tem como justo e contratado, mediante as cláusulas e condições que seguem, o convenio ora estipulado.

I

O I.P.E. poderá prestar assistência médica-ambulatorial aos segurados do IPASE e seus respectivos beneficiários lotados em Londrina — PR, através de Consultas, Raios X, Laboratório, Exames e Tratamento complementares.

II

Durante a vigência do presente convênio o I.P.E. manterá os preços constantes das Tabelas aprovadas pela Secretaria de Assistência Médica do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

III

As Guias, para atendimento no Ambulatório do I.P.E., serão processadas através do Médico do IPASE, em Londrina, e homologadas pelo Chefe do Serviço Médico da Agência do Paraná.

Nenhum doente será internado sem a apresentação da competente Guia.

IV

A vigência do presente convênio será da data de sua assinatura até 31 de dezembro do mesmo ano, sendo, automaticamente, prorrogado por um ou mais exercício financeiro, se não houver denúncia por uma das partes contratantes até 30 (trinta) dias antes de seu término e seus preços serão sempre atualizados, de acordo com as Tabelas da Secretaria de Assistência Médica do M.T.P.S.

V

O I.P.E., para comprovar os seus serviços, em face do presente convenio, para recebimento do que lhe for devida, apresentará ao IPASE, por intermédio da Agência do Paraná, até o dia 10 do mês seguinte ao vencido, as contas extraídas em duas vias, visadas pelo seu Diretor ou por pessoa por ele credenciada, acompanhadas das relações de servidores e beneficiários atendidos, natureza e valor dos servidores prestados e convenientemente instruídas com as Guias.

Rio de Janeiro, RJ, em 3 de dezembro de 1971.

Dr. Francisco Benedetti

Diretor do Departamento de Assistência do IPASE.

Dr. Laufran Villanueva

Superintendente do I.P.E

OFÍCIOS:

— Sob o n. 81-72, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei n.:

158-71: Do Senhor Deputado Odilon Reinhardt, que visava elevar para Cr\$ 178,00 (cento e setenta e oito cruzeiros) a pensão mensal concedida pela Lei

n. 168-61, de 11 de setembro de 1961, a Rosa Dias Teixeira, filha do ex-deputado Estadual Gordiano Dias de Almeida Batista. — A C.C.J.

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 72-72.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer à mesa, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do cidadão Ary Borba Carneiro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa, no dia de hoje.

Ex-Prefeito Municipal de Cândido de Abreu, filho de família tradicional daquela cidade, o extinto prestou relevantes serviços à sua comunidade.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa dê-se conhecimento à família do extinto, à Rua Riachuelo, 726 — Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1.972.

(a) — João Mansur.

Requerimento

Senhor Presidente:

Vítimas de desastre de automóvel, faleceram em dias da semana passada o Senhor Antonio Ferreira Lopes, irmão do professor Adalberto Ferreira Lopes, Senhora Terezinha Stanisheski, filha de Casemiro Stanisheski e esposa de Valério Natal Torres; Senhora Lidia Vitória de Campos, esposa de João Batista Campos; senhorita Matilde Pavelski, sobrinha de Casemiro Stanisheski; senhorita Argemira Lopes dos Santos, todos residentes e domiciliados no Município de Boa Esperança, e ainda Sileuza Alves Pereira, filha de Américo Alves Pereira e Djair Luiz de Souza, filho de Sebastião Luiz de Souza, residentes no distrito de Arapuã, Município de Janiópolis.

Eram todos professores e ao mesmo tempo universitários de Filosofia.

Valendo-se pois das prerrogativas regimentais, estou encaminhando à apreciação do Plenário, requerimento de pesar, solicitando que da manifestação da Casa se dê conhecimento, não só aos familiares acima referidos, como também aos Senhores Serafim Coelho e Raimundo Claro Filho, respectivamente Prefeitos de Boa Esperança e Janiópolis.

Sala das Sessões, 26 de junho de 1972.

(a) — Armando Queiroz.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e nos termos regimentais,

REQUER,

consultado o Plenário, se registre na ata dos presentes trabalhos, um voto de regozijo e congratulações com a Igreja Evangélica Holines do Brasil, na pessoa do Reverendo Tanami, pela inauguração do seu novo templo nesta Capital.

A referida Igreja congrega a maioria, senão a totalidade, da colônia japonesa em Curitiba e tem como objetivo maior a conversão dos cidadãos dessa nacionalidade ao Cristianismo.

Requer-se, ainda, que da manifestação da Casa seja dado conhecimento aos responsáveis dessa Igreja.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1972.

(a) — Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, ouvido o Plenário, que se oficie ao Exmo. Senhor Secretário de Segurança Pública, solicitando a S. Exa. que se digno determinar as medidas necessárias no sentido de construir uma cadeia pública no Município de Araucária.

Atualmente a sede da delegacia da polícia no Município não oferece condições para um funcionamento normal no que diz respeito às normas mínimas de segurança, e, por outro lado, o excepcional surto de desenvolvimento previsto para o Município de Araucária, está a exigir providências urgentes neste sentido por parte da Administração Pública Estadual.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1972.

(a) — Maurício Fruct

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, em virtude de ter sido convidado pelo Governo Norte-Americano para fazer uma visita aos Estados Unidos, a fim de manter contatos com pessoas estreitamente ligadas ao Sindicalismo e à Agricultura, bem como a pronunciar palestras sobre esses assuntos, em com o presente justificar a sua ausência no período compreendido entre 3 de julho a 11 de agosto do corrente ano, requerendo que a sua viagem seja considerada missão oficial, nos termos do art. 1.º, da Resolução n. 9-69, de 18.03.69, sem o ressarcimento das despesas que serão efetuadas.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1.972.

(a) — Lázaro Dumont.

Requerimento

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer seja consignado na Ata dos Trabalhos desta Casa, votos de congratulações à Direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio, pelo Decreto Presidencial do último dia 20, quando foi homologado oficialmente o seu reconhecimento. O fato se reveste de grande importância uma vez que a referida Faculdade atende a uma vasta região, tendo já formado várias turmas de professores que de agora em diante poderão exercer em toda sua plenitude o seu mister.

Requer, ainda, que da decisão da Casa seja comunicada a sua ilustre Diretora Professora Neusa Terezinha Bastos Alves, responsável pelo sucesso ora alcançado.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1972.

(a) — Rosário Pitelli.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n. 95-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o Instituto Bíblico Batista A.B. DETER, com sede em Curitiba, Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1.972.

(a) — Igo Iwant Losso.

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Bíblico Batista A.B. DETER está devidamente registrado no 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Capital, sob n. 344, no livro "A" de Pessoas Jurídicas.

Suas finalidades são de grande relevância social, pois visa ministrar o ensino teológico aos vocacionados ao serviço cristão. Este serviço cristão, é o serviço integral que compreende não somente o sentido religioso, que é o mais importante nos dias difíceis em que estamos vivendo, mas também o ensino da melhor técnica em prestar serviços de assistência social e educacional aos que carecem de ajuda em todos os sentidos.

Sua Diretoria administrativa não percebe qualquer pagamento ou remuneração, trabalhando tão somente no sentido de servir ao próximo.

Finalmente, o Instituto Bíblico Batista A.B. DETER encontra-se já registrado no livro próprio de entidades da Prefeitura Municipal de Curitiba, conforme faz prova a fotocópia anexa.

Ao propormos o presente Projeto de Lei, juntamos a documentação necessária à declaração de Utilidade Pública, esperando aprovação unânime desta Casa, pelos méritos da instituição.

Projeto de Lei n. 96-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder ao inválido Alair Rodrigues de Melo, uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

Art. 2.º — A despesa com a execução da presente lei, correrá à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1972.

(a) — Francisco Escorsin

JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei, objetivamos amparar a situação precária em que se encontra o inválido Alair Rodrigues de Melo, visto que o mesmo se acha acamado e sem condições de prover a sua própria subsistência, em razão de ser portador de defeitos físicos generalizados.

Nestas condições, apresentamos a presente proposição aos ilustres Pares, esperando que se dê o devido apoio e consequentemente a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE — Fina a litura do Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. Deputado Borsari Neto.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupa a tribuna nesta tarde, para abordar alguns assuntos.

Em primeiro lugar, nós não poderíamos deixar de fazer referência às eleições do Diretório Municipal da ARENA, em Curitiba, realizada na tarde de ontem. Compareceram a esse conclave, 767 filiados e queremos, na oportunidade, cumprimentar a Comissão Provisória presidida pelo ilustre Deputado Federal Hermes Macedo, tendo em vista que as mesmas transcorreram na mais perfeita ordem, e temos assim o maior colégio eleitoral do Paraná, com o seu Diretório organizado.

Hoje, na sede partidária, a partir de 20,00 horas, será eleita a sua respectiva Comissão Executiva.

Com referência à ARENA; tenho ainda a satisfação de ressaltar o destacar a presença de Sua Excelência, o Sr. Governador Pedro Viriato Parigot de Souza que, na última quarta-feira, compareceu à sede partidária para expor o Diagnóstico e Diretrizes de Ação do Governo. A matéria foi amplamente discutida ressaltando-se o interesse do Chefe do Poder Executivo em ouvir as opiniões das representações estaduais.

O segundo assunto que eu desejava abordar diz respeito à oportunidade de antecipar aos srs. Deputados uma comunicação da realização, em Curitiba, de um simpósio sobre a poluição das águas, a ser levado a efeito em setembro do corrente, pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica, com a presença de renomados professores. Aproveito a oportunidade para, por solicitação do Diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica, Eng. Cláudio Araújo convidar os srs. Deputados para uma conferência que será realizada amanhã, no Centro de Hidráulica do Departamento de Águas e Energia Elétrica, às 9,00 horas a ser proferida pelo Professor Alfredo Williamson. Finalmente, aproveito a oportunidade para fazer referência a realização no dia 17 do corrente, do III Encontro da Agro-Pecuária levada a efeito em Uraí, e que contou com a presença de 16 Municípios da região. O Encontro foi patrocinado pela Secretaria de Agricultura e Prefeitura Municipal de Uraí, que possibilitou, através da Direção daquele Prefeitura Municipal de Uraí e do Secretário de Agricultura, Sr. Roulien Basaglia, houvesse a oportunidade de amplos debates com os técnicos da Secretaria de Agricultura, apresentação de reivindicações das mais justas para a região, e que já estão sendo analisadas pelos órgãos competentes do Estado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente e Srs. Deputados, ocupo a Tribuna na tarde de hoje, para expor um assunto que nos tem chegado às mãos.

Nesta oportunidade, eu queria dizer aqui desta Tribuna, da minha estranheza pelo que vem ocorrendo na TELEPAR, desde que mudou a Direção daquela importante Companhia de Telecomunicações; a TELEPAR, que sempre funcionou direitinho como um relógio nas mãos de todos os Diretores que antecederam o atual — o qual eu não conheço pessoalmente, nada

tenho contra ele — a TELEPAR parece que enveredou por um caminho que tem desagrado toda a população curitibara. As reclamações contra o funcionamento daquela Companhia já não sem conta; o que também causa muita estranheza, foi o ato daquele Diretor, logo que assumiu a Direção daquela Companhia, ter eliminado um plantão de reparos que lá existia; se houver assim um feriado em fim-de-semana, uma sexta-feira, uma segunda-feira, e porventura ocorrer um defeito em um aparelho em um aparelho telefônico no primeiro dia feriado, este telefone só será reparado no primeiro dia útil da semana. É uma anormalidade que não compreendemos numa Companhia de tanta importância como a Telepar e não sabemos como foi elaborado o plantão. Economia não acredito, porque o dinheiro parece que anda sendo esbanjado pela Companhia. É uma verdadeira calamidade pública. Existe um telefone em Curitiba que há mais de seis meses que a firma proprietária está recebendo duas, três ligações por dia e a gente fica escutando o que o outro está falando, apesar dos 60 dias que a reclamação foi encaminhada a essa Companhia. A responsabilidade da transferência de telefones, então, ficam os pedidos dormindo na gaveta dos responsáveis por 15, 20 dias, até o "sim", porque ninguém toma providências, e a final de contas todos sabemos da importância das comunicações, do valor irremediável dos telefones, e o preço dos mesmos. A tarifa foi majorada escandalosamente. Embora saibamos que isto não parte da Telepar e sim do Detel, acima da Telepar existe um Ministério que fixa as tarifas. Já que as tarifas elevadas, tinha que ser apresentado um serviço melhor aos usuários, e o que vemos e o contrário; elevam-se as tarifas e pioram os serviços, e o que é pior de tudo, o Presidente da Telepar não atende reclamação alguma e parece que não se assenhorou de que é um servidor público que está ganhando, recebendo do bolso do povo, que é dos usuários dos telefones e a este deve pelo menos a atenção da boa educação. Infelizmente isto não está ocorrendo na Telepar. Aqui fica a nossa reclamação e voltaremos ao assunto se as coisas não melhorarem naquela Companhia. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet, terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na qualidade de Presidente do Diretório Municipal do MDB de Curitiba, desejo cumprimentar os companheiros da Aliança Renovadora Nacional da Capital do Estado do Paraná, que ontem realizou a sua convenção partidária, nos termos da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, fato este ressaltado há instantes, desta Tribuna, pelo ilustre Deputado Borsari Neto. As nossas congratulações aos filiados da Arena na Capital e em particular ao Deputado desta Casa que coordenaram com sucesso os trabalhos desta Convenção, Deputado Erondy Silvério, Deputado Fabiano Braga Côrtes e Deputado Borsari Neto e não poderíamos também deixar de salientar a ajuda prestada pelo Deputado Armando Queiroz. Portanto, fica aqui a nossa satisfação pela realização com sucesso da Convenção da Arena e a certeza de que 15 de novembro deste ano, com o espírito voltado para os legítimos interesses do povo da Capital do Estado, estaremos observando Arena e MDB com o objetivo e melhorar as condições de vida dos moradores de Curitiba, levando ainda acima de tudo, a mensagem da Capital Universitária do País em termos de civismo para e pelo desenvolvimento de Curitiba e do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Armando Queiroz, primeiro orador inscrito.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Faz já algum tempo que nós todos estamos acostumados com os projetos de impacto lançados pela política federal.

Temos visto e temos manifestado a nossa satisfação e o nosso propósito, porque a cada programa que o Governo Federal lança, evidentemente, num sentido cívico, manifesta também o seu regozijo.

Acontece que, estes projetos de impacto que já nos deu o Prodoeste e o Pró-Terra, que já nos deu a Transamazônica e, a par destes projetos, outras constantes e sucessivas inaugurações de obras, em especial do Rio Grande do Sul. Temos feito salientar que no Paraná, em que pese a importância do nosso Estado, em que pese a nossa posição de destaque e real grandeza, ainda não ocorreu processo semelhante, a ponto de se poder afirmar hoje, que nós não temos sequer um quilômetro de estrada de ferro em execução no nosso Estado.

E se nós não manifestamos a nossa euforia por este plano da política federal, torna-se evidente que não poderemos também manifestar a nossa estranheza, o nosso pavor e também a nossa tristeza por não termos o Paraná incluído no rol das grandes obras do Governo Federal.

Isto ainda é mais contundente, quando analisamos a participação paranaense no esforço de desenvolvimento do nosso País, isto quando nós constatamos a extraordinária importância das nossas exportações, fazendo com que as riquezas do Paraná façam carrear para os cofres da Nação, milhões e milhões de dólares.

Destacou-se de início que o Paraná, por ser como é, o maior produtor de café do Brasil, recebe também com mais violência do que os outros, o confisco cambial, tantas e tantas vezes condenado, tantas e tantas vezes pedido, solicitado e rogado pelos lavradores para que pelo menos se diminua a participação do sacrifício que é imposto aos nossos lavradores.

E o que é mais grave, 1/3 do preço do café, praticamente, 1/3 do preço do café, não é entregue ao produtor, não é entregue ao fazendeiro, porque o Governo, como pretexto de comprar o excedente, com pretexto de comprar e armazenar o que sobra, vai, de uma forma ou de outra aplicando este dinheiro, quase todo ele, fora do nosso Estado e vai estimulando a custa do dinheiro do fazendeiro paranaense, o incremento de novas empresas fora do nosso Estado. E o que é também grave, é que nem mesmo o Governo do Estado, chega a receber o seu tributo, o seu imposto sobre o café tributado, porque o ICM não recai sobre a parte confiscada. Ele é cobrado, calculado sobre o preço de venda ou melhor, sobre o preço de compra e não sobre o preço de venda. E agora? Quando a política federal se orienta definitivamente, de forma inexorável mesmo no caminho de se incrementar as exportações, o plano nacional de desenvolvimento impõe ao Paraná uma quota de participação que há de ser refletida no aumento substancial de produção em especial em artigos da agricultura. Para que o Brasil possa manter o seu crescimento bruto, para que a taxa continue pelo menos estável, é necessário que se aumente a exportação; e o Paraná que é o grande produtor de algodão, também artigo de exportação; que representa 99% da exportação de hortelã, produção praticamente de todo o universo, faz com que venha para o país cerca de 11 milhões de dólares; o Paraná, grande produtor de milho, artigo

de exportação. O Paraná entrando agora na grande produção técnico-científica do soja, para ser também exportador; e não do soja, como também dos seus derivados, como é o caso do "pelix", que se destina à ração; pois bem, o Paraná tem a sua posição definida e marcada neste campo de grande exigência, no progresso do nosso país; e o que nós estamos vendo é que não há, evidentemente, não há um tratamento igual; um tratamento que pelo menos faça retornar ao nosso Estado, parte daquilo que ele perde para a exportação. E quanto mais o Paraná produzir para exportar, mais o seu Governo empobrecerá porque aqueles artigos destinados à exportação, são isentos de ICM, em especial, os industrializados. E não recebendo o Governo, o ICM que lhe daria condições de, pelo menos, investir na infraestrutura, deveria, segundo entendo, o Governo Federal compensar o nosso Estado, seja dando-lhe uma parte do imposto que se cobra os produtos industrializados, ou parte de qualquer outra compensação, porque não é justo, não é crível e não pode ser aceito que o Brasil prospere, que o Brasil se engrandeca, que o Brasil absorber o mundo e que o Paraná, que os produtores paranaenses não consigam prosperar por sua vez.

E vamos mais adiante, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Todos estamos sabendo, face às notícias que nos foram dadas pelo Sr. Secretário da Fazenda deste local, que a situação de nosso Estado é realmente difícil. Aqui foi dito que 75% do que o Estado arrecada, se destina a pagamento de passagens. Aqui foi dito, também, que nos últimos três anos a arrecadação do Estado subiu em cerca de 3%, o que evidentemente não significa aumento nenhum: porque a própria inflação se encarrega de levar cerca de 20% sobre o valor da moeda, todos os anos.

No entanto, o nosso Estado não pode abrir mão de sua infra-estrutura. O nosso Estado precisa de mais estradas, precisa de mais usinas, precisa de muito mais escolas, precisa de Universidades, precisa de Faculdades e não tem, evidentemente, condições de resolver todos estes problemas.

O País vai bem, mas o Paraná, pelo que se vê, em especial nas finanças públicas, não acompanha o mesmo caminho.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, isto tudo foi dito para evidenciar um fato que já se está tornando uma constante.

E a imprensa falada e escrita, são as manifestações desta Tribuna que vêm evidenciar um descontentamento através de análises, através de artigos, através de manifestações dos Srs. Deputados, num movimento de reclamação perene, de reclamação uniforme.

Todos, evidentemente, satisfeitos com os grandes planos do Governo Federal, mas todos também preocupados por não verem o Paraná incluído no rol deste grande programa de desenvolvimento.

Agora, em virtude desta política econômica federal de incrementar sob todas as formas e sob todas as maneiras as exportações, o Governo da República, numa análise que faz das possibilidades de nosso País, chegou à conclusão de que nenhum outro Estado da Federação tem aquelas condições ideais para aumentar, em curto prazo, a produção que se destina à exportação. Daí porque idealizou e está pondo em prática, o famoso "Corredor de Exportação", que não deixa de ser um complexo porque compreende rodovias, ferrovias, serviços de porto, armazenamento e silagem, ele, o Governo Federal, começou a lançar, para nós, alguma luz. Já começou com seus planos de melhoria do Porto de Paranaguá, seja pela construção de silos e armazéns, seja pela dragagem no cais de acesso, permitindo entrada de navios de maior calado.

Estamos vendo que estão sendo postos em prática projetos que visam melhorar o trecho ferroviário Ponta Grossa-Paranaguá. Estamos vendo que, embora em fase inicial, está se construindo a estrada ferroviária Guarapuava-Cascavel.

No entanto, está onerando tremendamente o Estado do Paraná, em suas finanças, a construção do trecho maior e mais adiantado que vai de Ponta Grossa a Apucarana. E o Estado já não tem condições de suportar tão pesado encargo, em certo momento, em certa hora, já que essa estrada, no tempo, será desviada ao Governo Federal que quer tanto exportar e não abre mão dessa exportação, porque isso significa manter o nosso desenvolvimento e os nossos índices de crescimento, não quis receber a estrada. Só irá recebê-la depois de pronta. E o Estado, para concluí-la, precisa gastar muito, e não pode. E se não puder, terá que tirar recursos que poderiam ser aplicados em outros setores.

Estamos vendo, agora também o lançamento, por parte do Governo Federal, de algumas rodovias. É verdade que, talvez, não seja só culpa do Governo Federal, que elas não estejam em conclusão. Alega-se falta de projetos de via, de engenharia final. Mas, de qualquer forma, ao que parece, alguma coisa vai começar a sobrar para o nosso Estado.

Tudo isso serve de inóculo, tudo isso serve de apresentação, como introdução para um outro fato que acaba de ocorrer, derivado de um ato presidencial e que vem demonstrar, exatamente, esta tônica, esta constante, e uma sucessiva de atos que, embora de alto alcance para a política federal, irá, também, sem dúvida, refletir sobre a política de nosso Estado. Isto que ocorreu, ainda não foi abordado nesta Casa. Mas, os jornais, as emissoras de rádio, cansaram de divulgar este fato: à semana passada, o Governo Federal resolveu outorgar concessão de aproveitamento do Salto Osório para a ELETROSUL. Salto Osório, como todos sabem, tem capacidade de geração de energia de cerca de um milhão de KWA, situado no Rio Iguaçu e vinha um trabalho persistente, contínuo, perseverante, sendo solicitado que a concessão fosse dada a COPEL, para que pudesse a Copel, recebendo tal concessão, munir-se de geração própria e com isso garantir a estabilidade e sucesso da empresa.

Será desnecessário afirmar aqui ou mesmo reafirmar, que a COPEL é a grande responsável pelo sucesso do problema de energia elétrica no Paraná. E ela, através de seus recursos, de seu crédito, da idoneidade de seus Diretores, que conseguiu levar energia elétrica praticamente a todo Estado do Paraná. E ela que desfruta de tão alto conceito e tão alto crédito, que aqui foi dito que chega a dever 500 milhões de cruzeiros, dando como garantia a idoneidade da própria empresa.

A COPEL se não obtiver, como não obteve, concessão para exploração de um Salto de tamanha importância, em prazo médio, ficará sem energia para distribuição e terá que comprar energia em grosso e depois revender aqueles que adquiriu no varejo. E a hora em que isso ocorrer, a COPEL fatalmente não terá condições de sobrevivência. E não terá condições de sobrevivência, porque o seu acervo próprio de geradores de energia, ficará com Capivari-Cachoeira, Usina Jundiá-Mourão Primeiro e mais nada. Segundo os estudos que existem por aí, talvez dentro de um ano, toda a capacidade geradora de Capivari-Cachoeira estará comprometida e daí, então, não restará outro caminho a COPEL senão comprar a energia e revender.

O filé "mignon" das Usinas se resume na capacidade de produzir energia e se ela pudesse ter — como lutou para isso — a concessão de Salto Osório, com 1 milhão de Kwa., ela estaria com seu problema resolvido. Perdeu,

e com isso a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, que é um orgulho para nós todos, ficará em situação difícil e essa dificuldade irá aumentando na proporção em que a COPEL avançar.

Não quero vaticinar, mas temo certeza que não irá muitos anos e a COPEL acabará nas mãos, também, do Governo Federal e possivelmente da ELETROSUL.

Srs. Deputados, eu não sei se é coincidência, eu não sei o que está ocorrendo, mas o fato é que mais uma parada o Paraná perdeu, é mais um benefício que podíamos ter e não vamos tê-lo, e o nosso protesto, podemos dizer assim, é válido, é objetivo, porque, afinal de contas, o que nós queremos, o que pretendemos, é que a COPEL possa continuar o seu programa de trabalho que tem sido difícil, árduo, mas que o tem enfrentado e procurado resolver.

E verdade que tem sofrido cargas pesadas, tem sofrido críticas, porque sempre se disse que as tarifas que cobra são por demais elevadas. Mas esse é um problema que todos os senhores sabem, que todos aqueles que se dedicam ao estudo sabem, que o problema das tarifas não é da alçada da companhia, e muito menos do Governo do Estado. Esse problema é da alçada do Governo Federal, exclusivamente.

Dáqui para frente caberá à COPEL levar linhas, para todo o interior, de alta tensão. Apesar de todo este serviço caríssimo que será feito, não terá ela energia para fornecer às linhas que estabelecer, terá que comprar. Com isto não tenham dúvidas os Srs. Deputados, que as tarifas continuarão altas. A única maneira de conseguir-se fazer com que elas barateassem seriam, evidentemente, ter energia própria de geração. Isto, entretanto, não ocorre.

Srs. Deputados, na apresentação que fiz para abordar este tema, esqueci de um pequeno fato que reputo sério. Todos estamos contentes, satisfeitos, felizes porque está chegando a hora do Paraná receber a sua Refinaria de Petróleo, a qual deverá ser instalada em Araucária. Ninguém ignora que o progresso que uma refinaria traz é enorme, mas vem de forma indireta, considerando-se que o produto da refinaria não paga imposto para o Estado e nem para o Município. Mas, o que importa, o que vale, o que traz realmente vantagem para o Estado é aquela indústria que se localiza ao lado da refinaria, a indústria petroquímica. Isto, também, já está definido pelo Governo e pela PETROBRAS de que no Paraná não haverá a indústria petroquímica. O Paraná não está incluído no rol daqueles Estados, como São Paulo e Rio Grande do Sul, que poderão, através do auxílio federal, implantar a indústria petroquímica.

E uma sucessão de fatos, são episódios vários que vão se aglomerando e passam a ser constantes, fazendo com que o Paraná seja cada vez mais marginalizado.

O Sr. Paulo Camargo — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Estou escutando com muita atenção a queixa que V. Exa., mais uma vez, apresenta de que o Governo Federal está marginalizando o nosso Estado. Isto está ocorrendo, quem sabe, pela falta de homens que insistam junto ao Governo Federal, homens de prestígio junto a cúpula do Governo que possam representar, de fato, o Paraná na alta esfera federal.

Mas a verdade é que estamos marginalizados, o Paraná está sendo esquecido. Somos considerados, pelo Governo, como o Estado rico, o menino rico que nada precisa, mas que contribui com divisas e não necessita receber, em troca, o mínimo que deveria dar o Governo Federal ao nosso Estado, pelo menos as estradas, pelo menos o estímulo à exportação, que está sendo desviado seguidamente para as outras unidades federativas.

Lembro-me bem, quando cursava o CPOR, de que existia um tema:

Em um combate existiam diversos setores — um que estava equilibrado, que estava apenas se defendendo do inimigo, outro, estava se retirando, e um terceiro, que estava avançando sobre o adversário. Tributava-se nesse problema, onde se deviam jogar as reservas.

Srs. Deputados, o resultado disso, é que as reservas deviam ser jogadas no setor que estivesse levando vantagem, porque nesse ponto é que as reservas deveriam dar maior rentabilidade. Muito bem; o Paraná é tido como um Estado de clima e solo favoráveis, de gente trabalhadora, e o Governo não está usando esta estratégia de aplicar aqui uma parte, pelo menos, do dinheiro, sabendo que temos essencial fator de rentabilidade, um dos maiores fatores de rentabilidade do país, se não o maior, essa região do Sul do Brasil.

A estrada espetacular de integração nacional, a Transamazônica, necessária para nós, é entretanto, sob esse aspecto, absolutamente inútil, ou inútil pelo menos nos próximos 20 anos, porque lá não há a rentabilidade que o Brasil precisa para seu progresso. É necessário que o Governo Federal ajude aqueles que tem condições de progredir, ajudar mais aqueles que tem condições de levar o Brasil para a frente, e não somente socorrer aqueles que estão necessitados. Seria necessário que o Governo atendesse para esse aspecto, para essa estratégia, inclusive usada, pelo exército de todo o mundo, isto é, usar as reservas, pelo menos parte delas, naquilo que possa dar a maior rentabilidade. E com isso nós estamos como meninos ricos. O governo federal acha que podemos nos defender sozinhos, que podemos evoluir e produzir tudo aquilo que necessitamos. O que faltou foi maior contacto dos paranaenses com o Governo Federal, onde infelizmente não temos um só representante; aí começa a nossa falha, talvez seja a pedra angular das nossas dificuldades, é a falta de representantes nossos junto ao Governo Federal.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Agradeço o aparte de V. Exa., mas não posso deixar de manifestar a minha satisfação, de ao sentir ver que V. Exa. também vê o problema como nós, porque o que poderia ser uma exceção, hoje já é uma constante e nós não temos visto um só Deputado desta Casa vir aqui para analisar problemas como este, ou então dar a sua opinião no Plenário, no propósito de evidenciá-los.

Veja V. Exa., Sr. Deputado, que as obras financiadas pela política federal estão demorando a vir, e disse e vou repetir agora, nesse programa de corredor de exportação o Governo Federal entendeu que precisa ampliar a exportação sob pena de entrar em declínio ou declinar a sua política econômica, precisa ampliar os índices de desenvolvimento, precisa exportar.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Pois bem. E para poder reclamar este aumento e para que este tal corredor de exportação torne-se um sucesso, várias coisas precisam ocorrer ao mesmo tempo, a participação de todos, sob pena de fracasso, porque não adianta se falar em corredor de exportação sem que primeiro se cuide da produção. É preciso que haja aumento da produção e aumento substancial de produção destinada a exportação e ao que me parece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as nossas reservas de terras solteiras, terras sem destinação, não são tão amplas assim para se dar este aumento pretendido pelo Governo Federal. É preciso ou planta-se menos arroz, ou planta-se menos algodão, ou planta-se menos

amandoim e destinar-se essas terras ou para a soja ou para o milho, que são artigos exportáveis. A curto prazo poderemos evidentemente alcançar progresso na nossa produção e ainda mais, se considerarmos o que se deu lá no Norte do Paraná, a chamada febre de soja, mas a medida que todos passem a participar deste processo, vão abandonando outros; mas então para o sucesso deste corredor, a primeira coisa é a iniciativa privada atuando no campo da produção e não se diga que financiamento do Banco do Brasil e de outros órgãos financeiros, seja um favor para o Paraná, porque o Banco do Brasil empresta à mesma taxa, mesmo juro, aqui, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e em São Paulo; não é exceção para o Paraná. Pois bem, então, vamos iniciar com a participação de entidades privadas, que na produção. O Governo já está atuando, vai começar a atuar no Porto, com ampliação e melhoria, investindo em alguns ramos ferroviários e lançando aqui alguns programas rodoviários, mas tudo isto não se completa, o que se entende por corredor de Exportação, porque é preciso tempo, capacidade de armazenagem, construção de armazéns, de granéis, de silos, para que possa armazenar, padronizar o produto para estar pronto e em condições de ser embarcado. Pois bem, há um complexo, e sem uma soma toda de esforços e para que tudo isto se possa resumir num sucesso é preciso que esta participação federal venha logo, é preciso que o Estado do Paraná participe com seus recursos.

O Sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

A fala de V. Exa. hoje, da Tribuna, nos impressiona e ao acompanhar o seu discurso, verificamos que há no ar alguma coisa a ser amadurecida com relação ao Estado do Paraná, ao nosso Estado. V. Exa. analisou a posição do café, do algodão, citou o problema do milho, hortelã, soja e há realmente uma infinidade de produtos que são hoje produzidos no nosso Estado e que ele só tem uma produção que é da exportação. No aparte que o Deputado Paulo Camargo deu a V. Exa., afirmou que o Governo Federal tem considerado o Estado do Paraná como primo rico e há assim várias interpretações com relação ao tratamento que o Estado do Paraná tem tido do Governo Federal. Entendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados que nós só poderemos receber aquilo que reivindicamos. Não acredito que o Governo Federal tenha um tratamento com o Rio Grande do Sul e de outro tratamento à Santa Catarina e um diferente a São Paulo e ao Paraná outro. Esta é a minha opinião. O Paraná não tem um homem sequer em nenhum setor da administração, porque talvez os políticos do Paraná não tenham se dado para isto, e se não há um homem sequer do Paraná em um Ministério ou um representante é porque nós os políticos do Estado do Paraná, não tenhamos atuado com agressividade, não tenhamos assim, reivindicado, porque os outros Estados pleiteiam, brigam, lutam para conseguir um cargo e depois que o conseguem, lutam reivindicando. Talvez nós do Paraná com os Senadores, Deputados federais, estaduais e Governadores, não tenhamos nos preocupado com isto. E eu me lembro que o Sr. Secretário da Fazenda quando aqui esteve, recentemente, afirmou com muita precisão que o Governo Federal, ajuda e dá auxílio às reivindicações que a ele são levadas e que convencem. E eu estou quase que convencido que a função do Estado é realmente esta. Porque há poucos dias foi suspensa a exportação de carne por um órgão federal. Ora, Srs. Deputados, a Secretaria de Agricultura não tem elementos nem dados, o Paraná vive como Deus quer, a organização deste Estado mesmo no passado, tem sido assim para o presente, não há planificação. E aqui, dentro das minhas possibilidades, dentro do meu modesto conhecimento, estou convencido de que o que faltou foi isso que o Sr. Governador Parigot de Souza está fazendo, planificando, estruturando, procurando ter o Paraná em suas mãos para poder descarregar as suas reivindicações.

Porque um expediente, um telegrama, um telefonema não pode conseguir coisa séria, talvez o Paraná esteja hoje, iniciando a sua jornada nesta gestão.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Nobre Deputado, talvez eu não precise discordar de V. Exa. Porque se nós voltássemos um pouco para trás, iríamos ver o exemplo que o Governo Café Filho nos deu. Tivemos um Ministro de Estado, aliás, três Ministros de Estado, entre eles, o Professor Bento Munhoz da Rocha Netto, Aramir Athayde se não me engano. Tivemos no tempo de Castelo Branco, também somos obrigados a reconhecer que tivemos homens do Paraná nos Ministérios, como é o caso do Sr. Ney Braga. Tivemos a direção do DNER em nossas mãos e a Presidência do IBC. Já no Governo Costa e Silva tivemos no Ministério, Ivo Arzua, e nós do Paraná temos homens capazes de exercer atividades nos altos escalões. E existem porque deram prova disso, mas não sei se no Paraná, não sei se por coincidência Srs. Deputados, neste Governo, não existe um só paranaense em um cargo importante, seja a nível de ministério, seja a nível de departamento, seja a nível de grandes companhias de economia mista, não temos ninguém, nem mesmo no IBC. O Paraná que é o maior produtor de café do País, não tem um só paranaense naquele órgão. Então não posso dizer bem, que seja uma falha da política ou que seja uma falha de material humano, porque já tivemos nos Governos anteriores representantes nos altos escalões.

Talvez seja mais uma coincidência, e mais uma coincidência seja esta de que o Sr. Presidente da República vive passeando pelo Brasil inteiro e não vem ao Paraná, talvez seja mais uma coincidência.

Mas a verdade é que as coincidências estão se somando, os episódios estão crescendo e tornando-se uma constante, e o Paraná vai se sentindo marginalizado por uma série de atos, por uma série de omissões.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — Sr. Deputado Armando Queiroz, as suas afirmações na Tribuna desta Casa creio que tem a concordância da totalidade dos membros deste Poder, V. Exa. aborda com autoridade que lhe é reconhecida, com a capacidade que lhe é peculiar, um tema dos mais importantes para o Paraná. Traz à luz da discussão, vários aspectos deste mesmo tema e nos faz meditar, inclusive, sobre o nosso papel, como representantes do povo nesta Casa.

Nós temos, nos últimos tempos, ouvido falar muito em falta de planejamento no Estado do Paraná e necessidade de apresentação de projetos e de estudos para carreamento de recursos para este Estado. Não podemos, entretanto, Sr. Deputado, esquecer que o Governo Federal, hoje, tem centralizado em suas mãos, inclusive o próprio planejamento da economia brasileira.

O governo Federal tem o Ministério do Planejamento — e falo a V. Exa. como alguém que já esteve em cargo do Executivo. E os projetos apresentados naquela ocasião e creio que a sistemática hoje é a mesma, só eram considerados pelo Governo Federal, desde que compatibilizados com os planos do próprio Governo Federal. E se o Governo Federal já não tivesse no seu planejamento a perspectiva e a possibilidade de investir recursos em um ou outro setor, aqui no Paraná, não adiantava bater às suas portas.

porque os projetos eram pura e simplesmente engavetados pelos órgãos federais.

Não acredito muito na tese da falta de projetos do Governo do Estado. Conheço a administração passada que apresentara inúmeros projetos, centenas de projetos, dentro de suas atividades; inclusive no Governo Costa e Silva, quando o Governo Federal veio ao Paraná para despachar, algumas centenas de projetos foram montados aqui, com acessoramento do próprio Governo Federal. Foram encaminhados ao Governo Federal e muitos desses projetos nem sequer obtiveram resposta do Governo Federal.

É possível que a sistemática administrativa tenha evoluído e tenha mudado; mas eu deixo a pergunta no ar. Será que todos os projetos que este Governo do Professor Parigot de Souza está montando, está elaborando, todo este tempo que está se gastando na montagem, na elaboração destes projetos, alcançarão boa guarida? Ou será que está faltando, não sei se pressão política e é difícil hoje falar em pressão política, no momento institucional em que vivemos. Qual seria o nosso papel como políticos e como Deputados que nos angustiamos e que sentimos o abandono do Paraná pelo Governo Federal o que deveríamos fazer? Fechar esta Casa e irmos em comissão geral, bater as portas do Governo Federal? Acionarmos a nossa Bancada de Deputados Federais? Acionarmos os três Senadores que são homens de representação: o ex-governador Ney Braga, homem que desfrutava de uma projeção política e administrativa invejável no cenário nacional; o Presidente da ARENA, Accioly Filho, homem respeitado no âmbito do Congresso Nacional e João de Mattos Leão? Qual será o nosso papel? Esta é a grande incógnita. Devemos nós, os políticos, os representantes do povo, os que podem reivindicar as aspirações do povo de acordo com o dizer do Governador Parigot de Souza, devemos cruzar os braços e às vezes, fazer um discurso sobre o tempo ou devemos tomar uma posição e uma medida mais radical? Esta é a indagação, Deputado Armando Queiroz.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Indiscutivelmente, Sr. Deputado, não é fácil responder ao aparte de V. Exa. Mas é preciso fazer uma pequena distinção. O que vai mal, Srs. Deputados, o que vai muito mal é isto que podemos chamar de política eleitoral, quando os homens galgam alguma posição alicerçados no processo simples da eleição. Esses homens, tudo indica, não tem condições de pressionar, de influenciar, de dispor ou menos de estar pleiteando. Porque a política do Governo Federal é feita através de órgãos do Executivo, através de elementos nascidos na intimidade desse Poder e ali, então, se traçam os planos, discutem-se os projetos e passa-se à execução de qualquer obra.

Mas o político, este que nasce alicerçado em voto, alicerçado em casas de representação popular, este realmente não tem vez.

O Sr. Pinto Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Sr. Deputado, ouvi bem a fala do Sr. Secretário da Fazenda, quando aqui esteve na semana passada e, entre as perguntas feitas a S. Exa., ele caracterizou bem a situação do Estado perante a administração da União. Citou, como exemplo, a posição da COPEL, que é, hoje, uma Companhia de conceito nacional pela sua estrutura e pela sua planificação. Afirmou, como Diretor que foi daquela empresa, que jamais foi recusado um financiamento àquela empresa porque sempre que o solicitou foi com conhecimento e, como se diz na gíria, com os pés no chão. No entanto, os demais setores do Governo estavam sendo marginalizados porque suas reivindicações ao Governo Federal não o convenciam. Como disse o Deputado Cândido Martins de Oliveira, temos uma representação honrada e digna, mas a pergunta que ele faz também eu gostaria de fazer: se o Paraná hoje é um Estado extraordinário em sua produção e em suas riquezas, porque não tem quase que nem mesmo um contínuo no Governo Federal? Não sei o que estamos fazendo aqui; é uma posição a ser indagada. Se todos nós, juntos, deixarmos a Casa aqui e formos reivindicar uma posição para o Estado seria o ideal.

Mas é de se pensar, nobre Deputado, porque não se compreende que um Estado como o Paraná, com homens competentes e de grande capacidade, não se encontre, aqui, homens dignos e de posição para exercerem cargos no Governo Federal. Essa é uma marginalização que vem causando inúmeras dificuldades em nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa adverte ao nobre Deputado que só lhe restam cinco minutos para concluir a sua oração.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Obrigado, Sr. Presidente.

Eu havia afirmado, desta Tribuna, que tudo isto que aqui foi dito, esta visão panorâmica do Paraná pelo Governo Federal, não passava de um preâmbulo, de uma apresentação, de um inquérito, para mostrar este último ato presidencial, outorgando à ELETROSUL a concessão para a exploração de Salto Osório. E disse, então, que esse fato, no decorrer do tempo, vai levar a COPEL, Companhia Paranaense de Energia Elétrica, a uma situação difícil, porque não podendo ter usina de geração própria, não podendo ter as suas usinas, terá que comprar energia em grosso e revender ao consumidor, o que irá, fatalmente, fazer com que a COPEL, seja absorvida no grande esquema federal de eletrificação acabando por ser incorporada a ELETROBRÁS.

O. Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Teria uma série de considerações a fazer com relação ao oportuno e brilhante pronunciamento de V. Exa. E também, considerações sobre os apartes incidentes a esse pronunciamento.

No entanto, desejo dar as miríadas perspectivas à problemática que V. Exa. está abordando.

Creio, Sr. Deputado, que é necessário fazer uma distinção entre dois setores: o setor político e o setor econômico. O setor político, é preciso que se diga, é preciso que não se omita, vive, hoje, característico ímpar na história constitucional brasileira. Trata-se de um asoberbante centralismo, mais do que isso, de um falso federalismo, porque as esferas decisórias do Poder estão, hoje, restritas, e restringidas, a um número de técnicos que decidem e manipulam as alavancas da política econômica financeira.

Nestas circunstâncias, não acredito que reivindicações de ordem política, ou de algum político paranaense, em grupo, ou individualmente, tivessem condições de alterar o quadro nacional, com relação ao problema iminente, economicamente, embora ainda não dispusesse de suficiente tempo para analisar, detidamente, o Plano de Governo do Professor Parigot de Souza. Mas, à primeira vista, me parece que o Estado do Paraná está ensaiando uma política pelo menos temerária, em adotar, para o Estado, a denominação "Política de Expansão", do "Corredor de Exportação, ou de Transporte".

Acredito que esses corredores são altamente benéficos para a Nação, mas são de reduzida importância para a solução do impasse econômico do Paraná. Porque os "corredores de transporte, ou de exportação" não gera-

rão nem renda, nem fortalecimento da estrutura operacional capaz de ab-sorver a mão de obra, já excessiva, existente em nosso Estado.

Acredito que a política econômica só é válida na medida em que me-lhore a qualidade de vida de seus habitantes, sem o que é puro econome-trismo, é puro tecnocratismo.

Nestas circunstâncias, acredito, isto sim, dar uma indicação, pelo menos, se não responder, à pergunta essencial que o nobre Deputado Cândido Mar-tins de Oliveira acaba de fazer. Qual, então, a nossa posição como políticos que somos, ou que pretendemos ser?

Acredito que a nossa posição deve ser a de firmeza, a de viver com grandeza, o mandato popular, não nos omitindo, não fazendo coro com de-cisões que, a rigor, não trazem benefícios diretos ou indiretos para o nos-so Estado, e mais do que isso, fazendo valer toda a nossa virtualidade para alargarmos hoje, o restrito campo do Poder decisório. Nestas condições, acredito que nós, políticos, estaremos cumprindo a missão histórica que nos foi destinada, que é, tanto quanto possível, democratizar o poder decisó-rio sem o que será puro e inócuo verbalismo.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Respondendo ao aparte do nobre De-putado Luiz Roberto Soares, acabei de informar aqui que o Paraná é o res-ponsável pela produção de 99% de todo o óleo de hortelã que se produz no mundo. Isso dá para a Nação, cerca de 11 milhões de dólares por ano. É é uma atividade agrícola, que realmente dá condições de emprego. É uma atividade agrícola, onde há condições de se empregar muita gente e, no entanto, em que pese essa importância, no entanto, em que pese ser um tipo de lavoura característica do Paraná, face a exuberância de suas ter-ras roxas, ainda para isso, para esse produto, não há, sequer, preço mí-nimo. Há preço mínimo para o algodão, o feijão, o arroz, o milho e não há para quem se dedica a atividade do óleo de hortelã que é produzido, 99% no Paraná.

Com relação ainda ao problema da mão de obra, nós sabemos que a nossa destinação, o destino deste Estado, é a cafeicultura. Além de ser cultura perene, além de trazer realmente lucro para aqueles que nessa ati-vidade empregam dinheiro, ainda é a lavoura que dá mais mão de obra que dá mais serviço, com ocupação para maior contingente humano. No entanto, é isso que a gente não entende, o Governo Federal fica com 1/3 do preço do café, através do confisco. Não há nenhum outro artigo no mun-do, ou neste país, que seja confiscado e o café tem 1/3 surrupiado das mãos do produtor. E aquilo reverte para os cofres, para o Tesouro da Nação. En-tretanto, se essa importância confiscada pudesse ficar nas mãos do produtor, como ficava em São Paulo nos tempos daquele fastígio tremendo do Estado no setor da agricultura, tenho certeza — e ninguém me desmentirá — que seria outra a imagem do Paraná nos dias de hoje, porque 1/3 é bastante 1/3 do preço da saca fica com o Governo Federal.

Essa é uma lavoura típica do Paraná, é o destino do Paraná, casado com a agricultura e é mais do que isso, uma lavoura — reafirmo — extraor-di-nariamente favorável à captação da mão de obra. E está aí declinando, de-clinando e eu não sei, srs. Deputados, até que ponto o Paraná irá suportar esse confisco.

Agora a moda, a coqueluche é a soja. Todo mundo investindo na soja, todo mundo plantando soja, todo mundo ganhando dinheiro com soja. O Paraná produziu 200 mil toneladas ou 400 mil no ano passado e vai este ano para 966 mil toneladas, segundo algumas estatísticas.

No entanto, este é o tipo de lavoura que a menos gente ocupa porque é altamente mecanizada. Desta maneira, iremos ver mais gente sem em-prego, sem ocupação, numa demonstração de que talvez, o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, esteja certo em seu aparte, se o Paraná inteiro se encaminhar para a soja, como está se encaminhando, não saberemos o que fazer com o nosso contingente humano.

O SR. PRESIDENTE — Está esgotado o seu tempo.

O Sr. Paulo Camargo — V. Exa. permite um aparte?

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Se o Sr. Presidente, permitir...

O Sr. Paulo Camargo — Sendo como somos o maior produtor de café sendo como somos o grande produtor da lavoura branca e sendo como so-mos o maior produtor agrícola do Brasil, crescemos em relação a renda nacional bruta apenas 3%, enquanto os demais estados cresceram 9%.

Era o aparte.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Temos a honrosa satisfação de anunciar a pre-sença de ilustres homens públicos dos Estados do Espírito Santo, Bahia e Alagoas que estão cordenando o Congresso dos Municípios a realizar-se em agosto, na cidade de Guarapari.

A comissão é composta por:

Dr. Manir Carlos de Souza, Secretário do Interior e Justiça do Estado do Espírito Santo, representando o Governador daquele Estado;

Deputado Henrique Brito Filho, Secretário da Assembléia Legislativa da Bahia;

Deputado Divaldo Suruagi, Líder do Governo na Assembléia Legislativa de Alagoas; e

Dr. Osmar Costa, Diretor Executivo da Associação Brasileira dos Muni-cípios.

Esta presidência registra com grande satisfação a honrosa presença dos ilustres homens públicos e concede a palavra ao Sr. Deputado Nivaldo Krüger para saudações.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para esta Assembléia este é um grande acontecimento por várias razões: O primeiro deles é o congrassamento que se realiza, neste instante, en-tre homens públicos dos mais importantes Estados da Federação Brasileira.

A outra razão é por estar aqui, nesta Casa, nos honrando com sua pre-sença a Associação Brasileira de Municípios, entidade associativa que vem desenvolvendo a política municipalista no território nacional e elevando a voz do municipalismo brasileiro em todo o mundo. A Associação Brasileira dos Municípios tem levado as teses brasileiras, as experiências brasileiras a outros países do mundo, através dos Congressos Internacionais.

A presença da Associação Brasileira dos Municípios nesta oportunidade, aqui na Assembléia Legislativa do Paraná, é para nós motivo de grande sa-tisfação. Conhecemos o programa desta entidade porque temos a honra de conviver com os líderes que a integram.

Hoje, como já anunciou o Sr. Presidente, nos sentimos honrados e fe-lizes por termos a presença do Governador de Estado do Espírito Santo, através da pessoa de seu Secretário do Interior e Justiça, Dr. Manir Car-los de Souza, S. Exa., no Estado do Espírito Santo, foi Vereador, Presi-dente da Câmara de Deputados e hoje é o Secretário do Interior e Jus-tiça

daquele Estado e vem convidar o povo paranaense, por intermédio dos contactos que vem mantendo, para o 8.o Congresso dos Municípios que se realizará no Balneário de Guarapari, próximo a Capital do Espírito Santo.

Nesta caravana ilustre contamos também com a presença do Deputado Divaldo Suruagi, Prefeito Municipal, hoje Líder do Governo na Assembléia de Alagoas, ex-Secretário da Fazenda naquele Estado, um dos líderes de maior proeminência no Brasil, professor catedrático, homem de grande pro-jeção nos meios políticos de toda esta Nação. Deputado Henrique Brito Fi-lho, ex-Prefeito de uma das grandes cidades do Estado da Bahia, Deputa-do reeleito por duas ou três legislaturas, Secretário da Assembléia daque-le Estado; dr. Namir Carlos de Souza, Diretor Executivo da Associação Bra-sileira dos Municípios.

Assim, desejamos aos Diretores aqui presentes, exito na missão que empreendem, qual seja, de aliciar, pelo Brasil afora, todos os valores mu-nicipalistas ativos e latentes, em todos os Estados da Federação.

O municipalismo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é alguma coisa que tem no seu bojo uma mística que prende, que une, que faz emanar-se homens dos quadrantes mais distantes de um país e do mundo, porque na raiz, na essência do municipalismo está a própria essência da democracia e lá se encontra a fonte da sabedoria administrativa. Há qualquer coisa de místico, há qualquer coisa de impalpável neste movimento, que une homens dos quadrantes mais distantes e faz com que atravessem o terri-tório nacional em busca de levar, de trazer a todo o povo brasileiro pers-pectivas do aperfeiçoamento do nosso sistema.

No próximo congresso nacional, espero que esta Assembléia se faça re-presentar e quero formular nesta ocasião um convite para que, com o maior número de representantes, participe deste grande congresso.

Hoje abrimos este Encontro no Paraná, com a Fundação de Assistên-cia aos Municípios, a FOMEPAR. Lá expusemos os nossos planos — não pudemos contar com a presença do seu Diretor, Dr. Nabor — e contamos com a colaboração do Dr. Pedro, que fez todos os contactos a níveis de Se-cretarias de Governo.

Assim, quero agradecer ao Dr. Pedro e pedir-lhe que transmita ao Dr. Nabor da satisfação com que fomos recebidos, tão cavalheirescamente na-quele oportunidade.

O Sr. Cândido Martins de Oliveira — V. Exa. permite um aparte? (Assen-timento).

Nobre deputado Nivaldo Krüger, desejo, neste aparte a V. Exa. teste-munhar o apreço e a satisfação da Bancada da Aliança Renovadora Nacio-nal nesta Casa, os ilustres visitantes, colegas nossos de outros Estados, que vem ao Paraná para tratar de assunto de tamanha relevância e de tanta im-portância par os destinos do País, visto como a célula vital da estrutura institucional do sistema político repousa nos municípios, e aqueles afeitos à vida pública como os que representam o povo nesta Casa, sabem do valor e da importância do trabalho que vem desenvolvendo a Associação Bra-sileira dos Municípios.

Como disse V. Exa. muito bem, há um místico que une os homens de todo o País e que os faz vencer todas as dificuldades, transpor todas as barreiras e pelos céus do Brasil, à busca de apoio para um congresso como este que será realizado.

A Aliança Renovadora Nacional recebe com muita alegria e satisfação, a visita do Sr. Secretário do Interior e Justiça, do Espírito Santo, do Líder do Governo do Estado de Alagoas, e do Sr. Deputado da Bahia, bem como do Diretor Executivo dessa entidade, e desejo, neste breve aparte, testemu-nhar mais uma vez o seu apoio incondicional a causa municipalista deste País.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço a V. Exa. e concluindo, mi-nhas palavras, quero agradecer a deferência com que esta Presidência o distinguiu e quero desejar, em nome da Bancada do meu Partido, de certa forma em nome desta Casa, aos nossos companheiros de diretoria da ABM felicidades, continuem lutando, vão a frente, o Brasil precisa de homens assim, somente o ideal, nenhum interesse seria capaz de levar homens a distâncias tão longe, totalmente voltados no interesse da Pátria, buscando legar à geração vindoura um futuro próspero para o nosso País e que o Congresso dos Municípios tenha pleno êxito, tenho a certeza de que o espírito e confraternização cavalheiresca do povo paranaense se inspire neste in-stante nas palavras do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira e do Sr. Presidente desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência tem a honra e a satisfação de conceder a palavra ao Sr. Devaldo Suruagi Líder do Governo na Assem-bléia Legislativa de Alagoas para fazer a comunicação que desejar a esta Casa.

O SR. DEVALDO SURUAGI — Exmo. Sr. Deputado Rosário Pitelli, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Exmos. Srs. Deputados Secretários deste Poder, Exmos Srs. Deputados. Desejamos de início externar a satisfação de que estamos possuídos pela honra que nós e oferecida pela gentileza de V. Excia. e falar nesta Casa que tem sido pal-co dos acontecimentos maiores do Estado do Paraná e reafirmar a nossa fé na classe política ao presenciarmos os debates que aqui foram travados ao nos conscientizarmos da importância do Poder Legislativo dentro de qualquer processo político brasileiro e de qualquer País do mundo que abraça a causa democrática, porque reconhecemos nós que fazemos o Po-der Legislativo, que somos os representantes dos diversos setores de ati-vidade que compõe a vida comunitária, daí encontrar-se nas casas legis-lativas o intelectual, o fazendeiro, o médico, o agricultor, porque na reali-dade nós somos uma síntese das diversas camadas sociais que compõem a estrutura social. Acredito no Poder Legislativo e ao ouvir os debates neste Poder, orgulho-me de ser político e pertencer a uma Casa Legis-lativa; ao proferir estas palavras, desejo em nome da Associação Bra-sileira dos Municípios, ABM, da qual faço parte e como Vice-Presidente, convidar todos aqueles que compõem este Poder, para prestigiarem este Congresso dos Municípios a realizar-se de 7 a 12 de agosto na cidade de Guarapari, a fim de V. Exas. levarem o brilho de suas inteligências a este Congresso. Em nome do Sr. Secretário do Interior e Justiça daquele Estado, em nome do Presidente da nossa Associação, o nosso companheiro Nelson Gaspari que infelizmente não pode aqui comparecer, desejo mais uma vez reafirmar a esperança que nós possuímos de encontrá-los lá em Espírito Santo, de os vermos em Guarapari, levando as suas teses, ofere-cendo a sua contribuição para esta Casa que nós consideramos mater de todo o processo democrático brasileiro, e a causa municipalista de onde se origina toda a evolução política do nosso País.

Que realmente seja um motivo, seja um orgulho para nós, vê-los lá em Guarapari, lá no Espírito Santo, levando o brilho da sua inteligência para maior sucesso do 8.o Congresso dos Municípios.

O Sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado, quando uma caravana tão brilhante vem à nossa Casa, gostaria de exteriorizar a nossa satisfação pela luta que os senhores empreendem, num momento em que um Deputado que conhece a figura do Prefeito, que sabe que ele é um sofrido, é um homem que ainda tem a coragem de assumir uma Prefeitura, com as lutas que ele tem que empreender e reivindicações que tem que fazer, nós acreditamos que ainda é o trabalho do seu espírito que dá este pinga de coragem ao homem que se candidata a um cargo desta natureza.

Sr. Deputado, V. Exa. talvez leve do Legislativo, de hoje, uma impressão pouco lisonjeira pelo número de Deputados que aqui estão presentes, mas compreende porque temos plena certeza que atendem também os seus Municípios do interior, como nossos colegas nas suas viagens, sentindo as repercussões de cada Município. Quer dizer, eles estão como V. Exa., hoje aqui, como estão seus nobres colegas, dando aquele óleo canforado ao homem do interior, ao Prefeito, que é defendido pelas associações tão brilhantemente representadas neste momento por V. Exa..

Receba pois, o abraço dos paranaenses. Eu conheço sua terra, conheço Guarapari com aquela beleza e com aquela esperança dos sofridoes, com suas areias monásticas que tantas curas tem feito. Esteja certo, o Paraná comparecerá e com uma delegação numerosa, porque este é o nosso desejo. Receba a nossa gratidão pela visita que faz à nossa Casa, e saiba como sabem vossos colegas, que a honra é muito grande para nós. Muito obrigado.

O SR. DIVALDO SURUAGI — Sensibilizado agradeço à V. Exa. que indubitavelmente vem trazendo a este simples pronunciamento que aqui fizemos na oportunidade.

Realmente, conheço parte do drama dos chefes comunitários, pela experiência que possuímos no exercício de quatro anos na Prefeitura de Maceió. Porque conhecemos no Prefeito, na autoridade que compõem a nossa estrutura administrativa no Brasil, aquele que está mais próximo do povo, aquele que participa dos dramas maiores que afligem uma comunidade, e também por reconhecer, e por esta vidência que adquirimos durante este período administrativo, nós que tivemos a alegria de governar a cidade de Maceió, a Capital do nosso Estado, é que concordo plenamente com o pronunciamento de V. Exa.. É que reconheço no Prefeito um verdadeiro mártir, um dedicado, um entusiasta, um homem que realmente é dotado de espírito público para exercer cargo tão espinhoso, para exercer cargo tão difícil, dentro da atual conjuntura.

Sinto-me naturalmente feliz, em nome daqueles que fazem o Governo, em nome daqueles que fazem a ABM, pela certeza de que levamos através do pronunciamento de V. Exa., a presença numerosa de uma bancada do Paraná razão maior do êxito que, não há dúvida, alcançaremos no 8.º Congresso dos Municípios. Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência suspende a sessão por cinco minutos para que os srs. Deputados tenham a grata satisfação de cumprimentar nossos ilustres visitantes. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a Sessão, com a presença de 31 srs. Deputados.

O SR. PINTO DIAS — Sr. Presidente, estamos verificando que há numerosos Projetos da mais alta indagação na Ordem do Dia; assim, requeiro à Mesa a verificação de quorum para prosseguimento da votação da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE — Esta Mesa solicita ao Sr. 1.º Secretário à reatização da chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada)

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 16 Srs. Deputados. Há número para prosseguimento da sessão.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Resolução n. 14-72, ex-Proposição n. 109-72, aprova o termo do Convênio celebrado em 29-7-70, entre o Instituto Brasileiro do Café, através do (GERCA) e o Governo do Estado do Paraná, para implantação do Instituto Agrônomo do Norte do Paraná. Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 14-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 29 de julho de 1970 entre o Instituto Brasileiro do Café, através do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA) e o Governo do Estado do Paraná, para a implantação do Instituto Agrônomo do Norte do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1972.

aa) CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente
ANTONIO MACIEL — Relator
GABRIEL MANOEL

Redação Final — do Projeto de Lei n. 127-70, autoriza o Poder Executivo a criar uma Inspeção Regional de Ensino, com sede na cidade de Rondon e jurisdição nos Municípios que especifica. Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 127-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECLARA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, na conformidade da Lei n. 5.821, de 3 de agosto de 1968, a criar uma Inspeção Regional de Ensino, com sede na cidade de Rondon, com jurisdição, além do Município sede, nos Municípios de Cidreira, Guaporema, Taipira e Nova Olímpia.

Art. 2.º — Para atender o disposto no artigo primeiro, fica o Poder Executivo autorizado a incluir no art. 6.º, da Lei n. 5.821, de 3 de agosto de 1968, os seguintes cargos de Provimento em Comissão: no inciso I, 1 (um) de Inspeção Regional de Ensino, símbolo 3-C; no inciso III, 1 (um) de Inspeção Regional de Ensino Médio, símbolo 6-C; e, no inciso IV, 1 (um) de Inspeção Regional de Ensino Primário, símbolo 14-C.

Art. 3.º — As despesas com a execução desta Lei correrão à conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1972.

aa) CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente
ANTONIO MACIEL — Relator
GABRIEL MANOEL

Redação Final — do Projeto de Lei n. 2-71, dá nova redação ao artigo 1.º da Lei Estadual n. 5.410, de 20 de outubro de 1966. Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 2-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECLARA:

Art. 1.º — O artigo 1.º da Lei n. 5.410, de 20 de outubro de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º — O Governador do Estado, nos termos do art. 108, inciso I, da Constituição Estadual, nomeará o Prefeito da Capital, após assentimento de Assembléia Legislativa, ao nome proposto”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1972.

aa) CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente
ANTONIO MACIEL — Relator
GABRIEL MANOEL

Redação Final — do Projeto de Lei n. 107-71, autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Engenheiro Beltrão, o lote n. 45-E — com 4,70 hectares, seção Água Grande da Gleba Rio Mourão naquele Município. Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 107-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECLARA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Engenheiro Beltrão, o lote de terras sob n. 45-E, com 4,70 hectares, Seção Água Grande da Gleba Rio Mourão, situado na zona rural do referido Município.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1972.

aa) CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente
ANTONIO MACIEL — Relator
GABRIEL MANOEL

Redação Final — do Projeto de Lei n. 135-71, autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Jacarezinho, uma Escola Técnica Agrícola de 1.º e 2.º ciclos, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 135-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECLARA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Jacarezinho, uma Escola Técnica Agrícola de 1.º e 2.º ciclos para funcionar a partir do ano letivo de 1972.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará os atos necessários à constituição e funcionamento da escola criada por esta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1972.

aa) CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente
ANTONIO MACIEL — Relator
GABRIEL MANOEL

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 175-71, cria um Colégio Comercial, na sede do Município de Dr. Camargo, para funcionar no ano letivo de 1972. Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 175-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECLARA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Dr. Camargo, uma Escola Técnica de Comércio de grau colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1972.

aa) CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente
ANTONIO MACIEL — Relator
GABRIEL MANOEL

Redação Final — do Projeto de Lei n. 198-71, denomina “Desembargador Antonio de Paula”, Estabelecimento de Ensino de Grau Médio, sediado na Capital do Estado do Paraná. Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 198-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECLARA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar Desembargador Antônio de Paula a estabelecimento de ensino de grau médio, sediado na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1972.

aa) CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente
ANTONIO MACIEL — Relator
GABRIEL MANOEL

Redação Final — do Projeto de Lei n. 223-71, declara de Utilidade Pública, o Clube Cultural Social e Recreativo (JUDIMA), da cidade de Mandaguai. Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 223-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o Clube Cultural, Social e recreativo "JUDIMA" — Juventude Dinâmica Mandaguaiense, com sede e foro na cidade de Mandaguai.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1972.

aa) CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente
ANTONIO MACIEL — Relator
GABRIEL MANOEL

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 28-72, Mensagem n.º 7-72, encaminhando anteprojeto introduzindo alterações à Lei n.º 5.971, de 24-7-69, que dispõe sobre o Fundo de Crédito Agropecuário. Encerrada a discussão.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 23-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O art. 2.º da Lei n. 5.971, de 24 de julho de 1969, fica acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

"Parágrafo Único — Para cumprimento do disposto na alínea "a" deste artigo, o Governo do Estado subscreverá a integralizará em ações nominativas do Banco do Estado do Paraná S.A., no mínimo até o valor do produto dos dividendos auferidos desse estabelecimento bancário, a partir do primeiro semestre de 1969".

Art. 2.º — O art. 8.º da Lei n. 5.971, de 24 de julho de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8.º — O Fundo de Crédito Agropecuário será registrado, contabilmente, na escrita do Banco de acordo com as normas dispostas pelo Banco Central do Brasil".

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 15 de junho de 1972.

aa) CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente
ANTONIO MACIEL — Relator
GABRIEL MANOEL

Redação Final — do Projeto de Lei n. 244-70, autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal, de grau colegial, em Adrianópolis, e dá outras providências. Encerrada a discussão.

3a. Discussão — do Projeto de Lei n. 84-71, de autoria do Dep. Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo a criar, uma Escola Técnica, no Município de Guarapuava. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Encerrada a discussão.

2a. Discussão — do Projeto de Resolução n. 15-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n. 104-72, aprova termo do acordo n. 21-71, celebrado em 13-10-71, entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, destinada a dinamizar o Fundo de Água e Esgotos — FAE do Estado do Paraná. Parecer favorável da C.C.J. — Encerrada a discussão.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 132-71, de autoria do Dep. Nivaldo Krüger, que autoriza o Poder Executivo constituir a "Companhia Intermunicipal de Estradas Alimentadoras do Paraná" (CINTEAPA), com o objetivo de projetar, melhorar e conservar estradas situadas no âmbito Municipal, identificadas como Alimentadoras do Sistema Rodoviário Estadual e Federal. Parecer da C.C.J. pela Rejeição. — Encerrada a discussão.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 139-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo celebrar Convênio através do D.E.R., com o Executivo Municipal de Cruzeiro D'Oeste, para pavimentação asfáltica da estrada que liga a sede deste à Rodovia Maringá-Umuarama (PR-86). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Encerrada a discussão.

2a. Discussão — do Projeto de Lei n. 148-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo delegar poderes a "FUNDEPAR", para firmar Convênio com a Prefeitura Municipal de São Jorge, objetivando a construção de um prédio Escolar para o "Grupo Escolar Copacabana do Norte". Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Encerrada a discussão.

1a. Discussão — do Projeto de Lei n. 149-71, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que dá nova redação ao art. 356, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970. (Estatuto dos Funcionários Civis do Estado). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 149-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — O art. 356, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 356 — O pagamento do salário-família, na forma prevista pelo art. 198 e seu parágrafo único, é extensivo ao cônjuge e demais dependentes do servidor falecido anteriormente à vigência desta lei, não se computando parcelas atrasadas".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de julho de 1971.

a) — Dep. Ivo Thomazoni

JUSTIFICAÇÃO:
O projeto visa retificar o mencionado dispositivo apenas para precisar a referência ao artigo do Estatuto correspondente ao salário-família, que é o de n.º 196 e parágrafo, e não como consta da Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R

A O

PROJETO DE LEI N.º 149/71

O projeto tem por finalidade exclusiva fazer a correção de uma remissão

são defeituosa, existente na Lei que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

Nada impede a medida.

Opino pela aprovação.

Sala das Comissões, 4-11-71.

aa) Wilson Brandão — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Emílio Carazzai

Mugliati Filho

Sebastião Rodrigues Júnior

Gilberto Carvalho

Igo Losso

Arthur de Souza

Francisco Escorsin.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 149-71

AUTOR: Dep. Ivo Thomazoni

SÚMULA: Dá nova redação ao art. 356, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 — ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS CIVIS DO ESTADO — na forma que especifica.

P A R E C E R

1.) O Projeto em evidência foi examinado pela douta Comissão de Constituição e Justiça, na qual mereceu parecer favorável.

2.) Referida iniciativa não compromete nem esbarra nas finanças do Estado. O que ela procura, como bem ficou evidenciado não só na sua redação, como também na sua justificativa, é retificar um erro de redação ali contido.

3.) Em face de tais circunstâncias, opinamos pela sua aprovação.

S. M. J., : o parecer.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1971

aa) Leopoldo Jacomel — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Gabriel Manoel.

1a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 83-72, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que dispõe sobre anistia fiscal aos contribuintes do I.C.M., como especifica. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 83-72

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A :

Art. 1.º — Os contribuintes ou responsáveis, relativamente a créditos tributários anteriores a 1.º de janeiro de 1972, poderão requerer ao Secretário da Fazenda a anistia condicional das multas e dos acréscimos, desde que no requerimento produzam prova do prévio pagamento da parcela relativa ao tributo, dos respectivos juros de mora de 1% ao mês, não capitalizável, e da correspondente atualização monetária daquela importância.

§ 1.º — O prazo para o prévio e integral pagamento das importâncias e a formulação do pedido de anistia condicional prevista neste artigo é de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação desta Lei.

§ 2.º — A anistia abrange quaisquer parcelas de multas e acréscimos componentes de créditos tributários, inscritos ou não em dívida ativa, mesmo ajustados para cobrança executiva ou objeto de parcelamentos.

§ 3.º — Quando o crédito tributário esteja sendo cobrado judiciariamente deverá o requerente apresentar prova de haver pago as custas judiciais, além das importâncias a que se refere o "caput" deste artigo.

§ 4.º — A anistia prevista nesta lei não alcança as quantias já exigidas antes de 30 de outubro de 1969 e vinculadas a estímulo à atividade funcional de fiscalização tributária.

§ 5.º — Se o débito já estiver sendo discutido na esfera administrativa ou se for objeto de parcelamento em curso, o pedido de anistia deverá ser feito junto aos respectivos processos.

Art. 2.º — Na denúncia espontânea, acompanhada do pagamento do imposto de vendas e consignações ou do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias, devidos antes de 1.º de janeiro de 1972, é dispensado o acréscimo de 10% (dez por cento) previsto na Lei n.º 5.463, de 31 de dezembro de 1966.

Parágrafo Único — Só ocorrerá a dispensa do acréscimo a que alude este artigo se a denúncia espontânea, acompanhada do pagamento do imposto, for efetivada no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de publicação desta lei.

Art. 3.º — A anistia prevista nesta lei não autoriza a restituição de multas ou acréscimos já recolhidos total ou parcialmente.

Art. 4.º — Esta Lei será regulamentada através de instrução da Secretaria da Fazenda.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Falácio Dezenove de Dezembro em 15 de junho de 1972.

aa) Francisco Escorsin — João Mansur — Borsari Netto — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Odilon Reinhardt — Basílio Zanusso — Armando Queiroz — Leopoldo Jacomel — Lázaro Dumont — Fuad Nacli — Quielse Crisóstomo da Silva — Ovídio Franzoni — Jorge Sato — Paulo Poli — Emílio Carazzai — David Federmann — Hélio Marfrinato — Santos Lima — Alvaro Dias — Aginaldo Pereira Lima — Antonio Franco — Erondy Silvério e Ivo Thomazoni.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N.º 83-72

AUTOR: Dep. Francisco Escorsin

SÚMULA: — Dispõe sobre a anistia condicional das multas e dos acréscimos aos contribuintes ou responsáveis, relativamente a créditos tributários a 1.º de janeiro de 1972, como especifica.

P A R E C E R

O desiderato do Projeto de Lei ora submetido ao estudo e apreciação desta Comissão, é conceder a anistia condicional das multas e majorações legais, lançadas até 31 de dezembro de 1971, mediante requerimento ao senhor Secretário da Fazenda, desde que o requerente produza "prova do prévio pagamento da parcela relativa ao tributo, dos respectivos juros de mora e da correspondente atualização monetária".

Estabelece ainda o Projeto em tela, o prazo para o prévio e integral pagamento das importâncias e a formulação do pedido de anistia condicional de 1% ao mês, não capitalizável e da correspondente atualização monetária.

que será de sessenta dias contados da data da publicação da Lei.

Invocando a Lei Federal n. 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), verificamos que o art. 181-II-d, expressamente estabelece que a anistia poderá ser concedida "sob Condição do pagamento do tributo no prazo fixado" pela Lei que a conceder ou cuja fixação seja atribuída pela mesma lei à autoridade administrativa".

Concluimos que a iniciativa ora em exame está perfeitamente instruída, possui força de sustentação conforme salientamos e é oportuna.

Por outro lado, são incontestáveis os benefícios que irá trazer ao órgão fazendário estadual, onde o contribuinte ao saldar os débitos em atraso, sem a sanção, irá propiciar uma arrecadação de grande interesse para o Estado.

A medida pretendida não fere dispositivo quer de natureza legal ou constitucional, o que é objeto de deliberação desta Comissão.

Por entendermos perfeitamente justo e Constitucional é que opinamos favoravelmente a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de junho de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente
Paulo Camargo — Relator
Igo Losso
Maurício Fruet
Candido Martins de Oliveira
Santos Lima
Ovidio Franzoni

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Ary Borba Carneiro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Armando Queiroz, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelas vítimas de desastre de automóvel, Antonio Ferreira Lopes, Terezinha Stanisheski, Lidia Vitória de Campos, Matilde Pavelski, Argemira Lopes dos Santos, Sileuza Alves Pereira e Djair Luiz de Souza. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido que determine as medidas necessárias para a construção de uma cadeia pública no Município de Araucária. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações, ao Reverendo Tanani, pela inauguração do novo templo da Igreja Evangélica Holines do Brasil. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja considerada missão oficial, a viagem que fará aos Estados Unidos, em data de 3 de julho a 11 de agosto do corrente ano e que suas faltas às sessões naquele período sejam abonadas de acordo com o art. 1.º da Resolução n. 9-69, de 18.03.69, sem o ressarcimento das despesas que serão efetuadas. **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à Direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de Cornélio Procopio, que pelo Decreto Presidencial do último dia 20, foi oficialmente homologado o seu reconhecimento. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 72-72. — **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, terça-feira à Hora Regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

Votação Em Redação Final: do Projeto de Resolução n. 14-72 e dos Projetos de Lei n.s 127-70, 2-71, 107-71, 135-71, 175-71, 198-71 223-71, 28-72, 244-70.

Votação em 3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 84-71.

Votação em 2.ª Discussão: do Projeto de Resolução n. 15-72 e dos Projetos de Lei n.s 132-71, 139-71, 148-71.

Votação em 1.ª Discussão — dos Projetos de Lei n.s 149-71, 83-72.

1.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 72-72.

A Presidência convoca uma Sessão Extraordinária para amanhã, dia 27, às 14 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA

Discussão única: da Proposição n. 48-72.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.ª LEGISLATURA — 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 12.ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado A. Maciel Filho apresentou redação final ao seguinte processo: PROJETO DE LEI N. 244-70 — de autoria do deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Normal, de grau colegial na cidade de Adrianópolis, e dá outras providências. APROVADA. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, para que proluz os efeitos legais.

aa) CANDIDO MANUEL MARTINS DE OLIVEIRA — Presidente
LELIO GUIMARAES SOTTO-MAIOR — Secretário.

PROJETO DE LEI N. 244-70

A Assembléa Legislativa do Estado do Paraná,

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Adrianópolis, uma Escola Normal, de grau colegial.

Art. 2.º — O artigo 446 da Lei n.º 4.544, de 31 de janeiro de 1962 e o

artigo 11 da Lei n.º 4.697 de 28 de fevereiro de 1963, passem a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 46. As aulas suplementares são de cunho eventual ou esporádico e corresponderão obrigatoriamente ao exercício do magistério, frequência ou ensino de interesses da Secretaria de Educação e Cultura.

"Art. 11 — A remuneração por aulas suplementares não será devida durante o afastamento do professor, exceto quando em férias, licença prêmio, licença para tratamento de saúde, frequência ou ensino em cursos de interesse da Secretaria de Educação e Cultura, desde que haja em cada caso específico, prévia e expressa autorização do Titular da Pasta".

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) CANDIDO M.M. DE OLIVEIRA — Presidente

A. MACIEL — Relator

GABRIEL MANOEL

Comissão de Constituição e Justiça

7.ª LEGISLATURA — 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 9.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de junho, do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, às dezessete horas e trinta minutos, após o termino da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Armando Queiroz e presentes os Senhores Deputados Mauricio Fruet, Ovidio Franzoni, Igo Losso, Santos Lima, Cândido Manuel Martins de Oliveira, Emilio Carazzai. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, solicitando fosse lida a Ata da reunião anterior. Aprovada a Ata. Constou da Hora do Expediente a Relação dos Assuntos que serão tratados quando do comparecimento dos Senhores Secretário de Segurança Pública e Secretário do Governo perante esta Comissão. Ficou assentado, após debates, que com o Senhor Secretário de Segurança, Exmo. Sr. General Mário Carneiro Portes e Ilustríssimo Senhor Marcos Prado, Diretor do DETRAN, serão debatidos os seguintes problemas: 1. Exame Psicotécnico e convenios respectivos. 2. Despachantes de trânsito. 3. Plano Diretor de Trânsito de Curitiba. 4. Problemas de Pessoal do Detran. 5. Fundo de Reequipamento Policial — Funespol. E com o Senhor Ivo Simas Moreira, DD. Secretário de Estado dos Negócios do Governo, os assuntos que serão tratados são os seguintes: 1. Convenios em geral. 2. Critério de nomeação e exoneração de Prefeitos Municipais dos Municípios situadas nas áreas de Segurança Nacional. O Senhor Presidente solicita a esta Secretaria que se oficie ao Senhor Presidente da Casa a fim de dar conhecimento aos referidos Secretários de Estado dos assuntos que serão debatidos. Passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N. 39-72, de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Cortes. Declara de utilidade pública a Liga Comunitária Paranaense de Combate ao Tóxico, Licopar, com sede nesta Capital. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: Favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N. 53-72, de autoria do Senhor Deputado Cândido Manuel de Oliveira. Autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de conservação e melhoria a estrada que liga o Município de Santo Antonio do Sudoeste ao de Ampere, numa extensão de 53 km. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N. 54-72, de autoria do Senhor Deputado Cândido Manuel de Oliveira. Autoriza o Poder Executivo doar à Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, o imóvel de propriedade do Estado que especifica, localizado em Planchita, Município de Santo Antonio do Sudoeste. Relator Deputado Emilio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N. 58-72, de autoria do Senhor Deputado João Fadel. Autoriza o Poder Executivo isentar do pagamento da taxa de água e esgotos, os hospitais de caridade, albergues e entidades assistenciais e filantrópicas como especifica. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: favorável. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI N. 61-72, de autoria do Senhor Deputado David Federmann. Autoriza o Poder Executivo criar no Banco do Estado do Paraná S.A. a Carteira de Financiamento da Educação, e dá outras providências. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: favorável. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI N. 65-72, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério. Acresce do parágrafo que especifica, o artigo 140 da Lei 6.174, de 16.11.70. (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado). Relator Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Parecer: favorável. Aprovado. 7) — PROJETO DE LEI N. 67-72, de autoria do Senhor Deputado Quêlese Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo transferir a Inspeção Regional de Ensino do Município de Santo Inácio para o Município de Colorado. Relator Deputado Erondy Silvério. Parecer: favorável. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N. 72-72, de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto. Doa ao Aeroclube do Paraná, a Aeronave tipo Cessna 180, prefixo PP-ETN, de propriedade do Estado. Relator Deputado Emilio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N. 73-72, de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto. Estabelece prazo de quarenta e cinco dias às Câmaras Municipais, na apreciação de Projetos de Lei oriundos do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: favorável. Aprovado. 10) — PROJETO DE LEI N. 78-72, de autoria do Senhor Deputado Alvaro Dias. Autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal correspondente a um terço da parte fixa dos respectivos subsídios, às viúvas dos supletes de Deputado Estadual como especifica. Relator Deputado Mauricio Fruet. Parecer: favorável. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI N. 83-72, de autoria do Senhor Deputado Francisco Escorsin. Dispõe sobre anistia fiscal aos contribuintes do ICM, como especifica. Relator Deputado Paulo Camargo. Parecer: favorável. Aprovado. 12) — PROJETO DE LEI N. 84-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 24-72, encaminhando anteprojeto de lei que visa autorizar o Poder Executivo dar fiança em empréstimos contraídos ou que venham a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S.A. com o Banco Nacional de Habitação para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — Sanepar. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Parecer: favorável substitutivo. Aprovado. 13) — PROJETO DE LEI N. 85-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 25-72, encaminhando anteprojeto de lei solicitando autorização para destinar recursos ao Fundo de Financiamento para Água e Esgotos do Estado do Paraná — FAE, e dá outras providências. Relator Deputado Emilio Carazzai. Parecer: favorável. Aprovado. 14) — PROJETO DE LEI N. 86-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 26-72, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao artigo 1.º, da Lei 6.172, de 16.11.70, dispondo sobre a criação

de um Curso de Ciências Biológicas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Jacarezinho. Relator Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira. Parecer: favorável. Aprovado. 15) — PROJETO DE LEI N. 277-71, de autoria do Senhor Deputado Quilse Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de Içara Município de Astorga, para funcionar no próximo ano letivo. Relator: Cândido Manuel Martins de Oliveira. Parecer: Contrário. Aprovado. 16) — PROPOSIÇÃO N. 103-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 8-72, encaminhando cópia autêntica do convênio celebrado em 9.12.71, entre o Detran e o Município de Curitiba, objetivando solucionar problemas com o trânsito conforme disposto no artigo 37, do Regulamento Nacional de Trânsito, Relator Deputado Emilio Carazzai. Parecer favorável. Aprovado, com o respectivo Projeto de Resolução. 17) — PROPOSIÇÃO N. 121-72, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n. 23-72 encaminhando cópia autêntica do convênio celebrado em 23.3.72 entre o BNH, Governo do Estado, Banco do Estado, SVOP e a Companhia de Saneamento do Paraná — Sanepar. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a Presente Ata, que após lida e aprovada por todos os Membros desta Comissão, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Armando Queiroz, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

aa) Deputado ARMANDO QUEIROZ — Presidente
Rita Celestino Soares Secretária

Comissão Especial de Reforma à Constituição

7.a LEGISLATURA

1.a SESSÃO LEGISLATIVA

Aos vinte e seis dias do mês de junho de hum mil novecentos e setenta e dois às quatorze horas, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão Especial de Reforma à Constituição em sua primeira reunião ordinária, com a presença dos seguintes senhores deputados: Armando Queiroz, Luiz Roberto Soares, Cândido Manuel Martins de Oliveira, Antonio Lopes Júnior e Sebastião Rodrigues. Foi indicado pelos presentes o nome do Deputado Armando Queiroz para Presidente da referida Comissão, sendo posteriormente aprovado por unanimidade. Assumindo a presidência dos trabalhos o deputado Armando Queiroz agradece aos seus pares a confiança nele depositada e indica o nome do deputado Sebastião Rodrigues Jr. para Vice-Presidente da mesma, sendo o seu nome igualmente, aprovado por todos. O senhor Presidente deixa livre a palavra e não havendo quem quisesse fazer uso da mesma a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Elcy Silva Batista que a secretariei.

Sala das Comissões, em 26 de junho de 1972.

aa) ARMANDO QUEIROZ — Presidente
Elcy Silva Batista — Secretária.